

O AGENCY DA MULHER NOS ATAQUES DO AL-SHABAAB¹

Lúcio Posse

«A história não é apenas a da experiência [e visão] masculina, mas também a da feminina.

Não pode ser apenas escrita na perspectiva do homem [...] mas também numa perspectiva feminina.

Não sugiro que apenas se inverta o postulado [...] estabelecendo a pretensão

oposta de que o género é mais importante do que tudo o mais – apesar de, só pelo facto desta inversão,

nos abrirem os sentidos

para muitas [outras] descobertas históricas.» (Bock, 1989: 179).

«No caso das crianças, a sua exclusão efectiva da arena política não é percebida como tal – ou seja, não é tematizada como um problema político –

porque se considera que é mera decorrência de uma característica natural, que as torna incapazes de promoverem os seus próprios interesses.

Durante muito tempo, a participação política feminina

foi encarada de forma semelhante.» (Miguel, 2001: 254).

¹ A pesquisa e redacção do presente texto foi financiada pela Fundação Rosa Luxemburg Stiftung (RLS) por meio dos fundos do Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento da República Federal da Alemanha. O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade do autor e não reflecte necessariamente a posição da Fundação.

INTRODUÇÃO

No âmbito dos esforços para compreender o fenómeno dos ataques dos *al-shabaab*² em Cabo Delgado, torna-se importante perceber o lugar da mulher³ nesses ataques. Para tal, procuro, a partir das pesquisas sobre o fenómeno, questionar o *agency* da mulher nos ataques desse grupo. A pesquisa dos materiais para a presente análise limitou-se ao Google Académico e a alguns motores de busca de intuições públicas, privadas e de pesquisa, agências humanitárias e organizações não-governamentais nacionais e internacionais. Para tal, defini como palavras-chave “mulher nos ataques em Cabo Delgado”, “situação em Cabo Delgado”, “ataques em Cabo Delgado”. O período da ocorrência dos ataques serviu de referencial cronológico para a pesquisa dos textos, isto é, pesquisei textos publicados entre 2017, ano que iniciaram os ataques, e 2024, ano de redacção do presente texto. Nessa pesquisa, concentrei-me nas dinâmicas do conflito, isto é, génese, evolução, constituição, recrutamento, características e responsabilidades dos membros do grupo. Com isso, excluí textos que procuram olhar para o conflito numa perspectiva humanitária – mesmo compreendendo a sua importância – por considerar que reproduzem um olhar da mulher enquanto vítima e vulnerável, em contexto de conflito. Reafirmo, não que não esteja consciente que a mulher é um dos grupos (à semelhança das crianças, idosos e deficientes) mais afectados por esse e outros conflitos, situação que a coloca na condição de vítima e vulnerável.

Ao fazer esta reflexão adoptei uma perspectiva de estudos feministas e de género. Esta escolha surge da necessidade de olhar para a mulher além da sua condição de *vítima* e *vulnerável*, historicamente presente nas pesquisas, discursos formais e informais de diferentes indivíduos e grupos sociais. Ou seja, olho para a mulher enquanto *sujeito/agente* consciente, e que participa activamente nos processos e dinâmicas sociais, políticas, económicas desde o nível micro (como, por exemplo, a família) ao macro (como, por exemplo, o grupo ou a sociedade), com o objectivo de concretizar os seus interesses individuais e/ou colectivos (Perrot, 2017; Davis, 2016, Nkenkana, 2015; Nzomo, 2013, Pinto, 2010; Bock, 1989). Ao optar por esta

² Esta designação resulta do facto de o grupo nas suas acções ou declarações se assumir como sendo *al-shabaab* (Morier-Genoud, 2021; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Feijó, 2021b). Designação que, por exemplo, para Bekoe, Buchard & Daly (2020: 3-6); Heyen-Dubé & Rands (2021) não se aplica por falta de evidências. Bekoe, Buchard & Daly (2020: 3-6) consideram ser mais aplicável a denominação de *Ahlu Sunna Wa-Jamo* (ASWJ), por ter sido possível identificar, apesar de não existirem fontes documentais que comprovem.

³ É importante referir que a categoria “mulher” não deve ser entendida enquanto categoria unívoca, porque a mesma carrega consigo uma multiplicidade de sentidos e significados que resultam dos processos e dinâmicas das relações de poder, de género, que se foram consolidadas ao longo da história, em que as mesmas são influenciadas por diferentes factores, como, biológicos, socioculturais, económicos, políticos, interesses individuais, entre outros, que dão forma a categoria “mulher”. Ou seja, a categoria “mulher” deve ser entendida como produto histórico que se observa sempre que ocorrem manifestações que dão forma às acções, sentidos e significados em que o “sujeito mulher” reivindica para si uma identidade ou quando a identidade é lhe atribuída pelo Mundo, ou seja, pelos “outros”. Com isso, afirmo que, por uma questão de redacção, optei pela grafia “mulher” no singular, mesmo reconhecendo a sua pluralidade e diversidade. Para uma discussão aprofundada sobre “o que é ser mulher?” ou “a questão mulher” consultem-se, entre outros, Beauvoir (1967 e 1970), Young (1994), Andrade (2021), Butler (2003), Watson (2016), Phillips (2001) e Chartier (1995).

perspectiva, não estou a assumir que a mulher seja membro activo no grupo dos *al-shabaab*, e que é um ser cruel – se tivermos em atenção a forma violenta e assassina em que são descritas as acções desse grupo. Estou, sim, a questionar, por meio dos textos consultados, o *agency*⁴/ou *agenciade* da mulher nos ataques dos *al-shabaab*.

Esse interesse resulta, pelo menos, de dois motivos. O primeiro tem que ver com o facto de considerar que a mulher tem interesses pelos quais luta, porque também se sente afectada – à semelhança do homem – pelas dinâmicas políticas, económicas e sociais onde ela se encontra inserida (Perrot, 2017; Davis, 2016; Arnfred, 2015; Nkenkana, 2015; Nzomo, 2013; Pinto, 2010; Beall, Hassim & Todes, 1989). Dito de outra forma, mas recorrendo às palavras de Mitchell (2006: 203) nos seguintes termos «as [mulheres] não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana», situação que faz dela parte das dinâmicas e dos processos dos diferentes fenómenos, não só enquanto vítima, mas também como *sujeito* activo à semelhança do homem. E ao olhar para os ataques dos *al-shabaab* enquanto resultado da pobreza associada ao sentimento de marginalização e de exclusão social, política e económica dos residentes nesta província (Moreira, 2020; Bonate, 2006; Osório, 2007; Meneses, 2008; Arnfred, 2015), a mulher é tão afectada – e sem dúvida, muito mais ainda devido às estruturas sociais – quanto o homem.

O texto considera que as análises sobre os ataques do grupo do *al-shabaab* representam a mulher enquanto invisível, submissa, vítima e “objecto” de manipulação masculina por parte dos membros do grupo. Esta perspectiva parece reducionista, na medida em que negligencia a possibilidade de a participação da mulher nos ataques protagonizados por esse grupo simbolizar um acto voluntário de reivindicação da(s) sua(s) agenda(s). Sobre a acção reivindicativa da mulher, mesmo com as suas limitações, a luta de libertação nacional (1964-1974) é um exemplo de que a mulher, no contexto dessa luta, tinha uma agenda pela qual lutou. Contrariamente ao que se pode afirmar no contexto da guerra civil (1976-1992), em que apesar de se fazer referência a participação da mulher, ainda é difícil identificar o seu pensamento sobre a luta. Daí o texto ter, no início, duas secções que questionam, de forma sucinta, o *agency* da mulher nesses dois conflitos que ainda continuam a estruturar, significativamente, a construção do Estado em Moçambique.

⁴ No presente texto, o *agency* da mulher deve ser entendido como «o engajamento temporalmente construído por actores de diferentes ambientes estruturais – os contextos temporal-relacionais de acção – que, através do jogo de hábito, imaginação e julgamento, reproduz e transforma essas estruturas em resposta interactiva aos problemas colocados pelas situações históricas em mudança» (Emirbayer & Mische, 1998: 970 – tradução livre do autor).

A MULHER NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1964-1974

O *agency ou autonomia de acção* da mulher nos diferentes processos e dinâmicas em Moçambique – à semelhança de outros contextos, como, por exemplo, na África do Sul, no Zimbábwe, no Botswana e no Reino de Eswatini (antiga Swazilândia) (Moagi & Mtombeni, 2019) – ocorre desde períodos anteriores à colonização. Nesta época, além de a mulher desempenhar tarefas de maternidade, de reprodução social e doméstica, destacaram-se em alguns processos políticos, como foi o caso, por exemplo, da rainha Achinvajila que liderou, no Norte de Moçambique, a luta contra a escravatura entre finais do século XIX e princípios do século XX (Zimba, 2017: 20; Vene, 2018). Para Makana (2019), estas práticas não representavam uma ideologia de género, no sentido de existência de uma consciência de luta pelos seus direitos e interesses.

Com a colonização, a mulher viu-se duplamente oprimida pelas estruturas sociais⁵ bem como pelo Estado colonial, por meio da legislação, ao reproduzirem, por um lado, práticas patriarcais que as tornavam submissas e seres oprimidos, e, do outro, por ser nativa, ou seja, “indígena”⁶ – à semelhança do homem – em que era discriminada e explorada pelo regime colonial português (Machel, 1979; Mariani, 2012; Zamparoni, 2012; Pinho, 2015; Meneses, 2018; Carvalho, 2019). Foi esta “dupla opressão” da mulher que deu corpo às primeiras manifestações da emancipação da mulher, como referem Amélia *et al.* (2011: 9), em 1947, no distrito de Buzi, em que cerca de 7000 mulheres reivindicaram – com recurso ao protesto contra o cultivo de algodão, tendo queimado as sementes – a exclusão das mulheres grávidas e mães com filhos menores de quatro anos do trabalho nas algodoceiras. Mas foi durante o nacionalismo e o anticolonialismo liderado pela FRELIMO – enquanto movimento de libertação nacional – que a emancipação da mulher se tornou expressiva e ganhou um novo ímpeto ao se tornarem intrínsecos, como se pode observar no discurso de Samora Machel (1979: 14-15), proferido na abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, realizada em Março de 1972,

«A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da continuidade, uma condição de triunfo (...) a Revolução para ser feita necessita de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A Revolução para triunfar tem de liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem de liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher.»

⁵ As estruturas sociais a que me refiro são as sugeridas por Mitchell (2006: 221), nomeadamente a produção, a reprodução, a socialização e a sexualidade.

⁶ Esta é uma categoria sociopolítica criada pelo regime colonial português por meio de instrumentos legais, como, por exemplo, o “Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique de 1926” e o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique de 1954”, para distinguir o nativo do colono.

Apesar da associação intrínseca que Samora Machel (1979) estabelece entre a luta pela emancipação da mulher e a luta de libertação nacional, os processos e as dinâmicas durante a própria luta de libertação mostram que as estruturas sociais se mantiveram quase inalteradas, situação que perpetuou a subalternidade da mulher nas diferentes estruturas do próprio movimento nacionalista. Por outras palavras, nem a criação do Destacamento Feminino (1967) nem da Organização da Mulher Moçambicana (1973) – enquanto marcos formais de conquista da luta da mulher pela sua emancipação – permitiram alterar as lógicas de dominação masculina, na medida em que estas organizações foram controladas, desde a sua criação, pela liderança masculina da Frelimo. Ou seja, enquanto se criavam essas organizações, que representaram um grande avanço, as estruturas mentais e culturais patriarcais continuaram a ser o quadro normativo com o qual se definiam as relações sociais entre homens e mulheres dentro do movimento, em particular, e na sociedade, em geral. Isto observou-se pela forma como o papel da mulher se limitou ao desempenho de tarefas de “complementaridade de subordinação”, tomando de empréstimo o termo de Soihet, Soares & Costa (2001: 12), tais como o fornecimento de alimentos aos guerrilheiros, transporte de material de guerra, prestação de cuidados de saúde e educação às crianças e outros necessitados, além de participarem da mobilização para as fileiras do movimento, incluindo terem servido de objecto sexual dos guerrilheiros. Enquanto o homem continuou a desempenhar as tarefas “nobres”, neste caso de combatente na linha de frente e também na tomada de decisão sobre a ideologia e o rumo da luta de libertação nacional. Com isto, não se verificou a participação activa da mulher, que não fosse nos discursos oficiais – e de forma igualitária em relação ao homem – tanto nos campos de batalha, como também nos processos de tomada de decisão. Houve, na verdade, um processo de *invisibilização* política da mulher, cujos impactos ainda são hoje visíveis nas diferentes arenas do poder em Moçambique. Como refere Casimiro (2001: 101), «as mulheres funcionavam ainda como receptoras e não produtoras duma nova ideologia» no contexto da luta de libertação nacional.⁷

Porém, é preciso referir que mais do que a participação da mulher nas dinâmicas e processos da luta de libertação nacional poder ser caracterizada por “complementar”⁸, a negligência das suas

⁷ Para mais detalhes sobre as dinâmicas de relações de género no contexto da luta de libertação, consultem-se, entre outros, Cristiane Santana (2016); Zimba (2012); Arnfred (2004); Casimiro (2001); Isaacman & Isaacman (1984); Osório (2007); Jacimara Santana (2009); Kruks & Wisner (1990).

⁸ Ao insistir neste termo não pretendo dizer que as tarefas desempenhadas pela mulher no contexto da luta de libertação nacional não foram cruciais para o sucesso da luta. Muito pelo contrário. Insisto no termo porque considero que a mulher não chegou a estar ao mesmo nível do homem na luta de libertação nacional, mesmo que o discurso oficial tendesse a colocar a mulher no mesmo nível que o homem. Como refere uma antiga guerrilheira da Frelimo citada por Medeiros (2010: 195), «embora a retórica revolucionária sugira que cada participação na revolução é valorizada, não o é certamente de forma igualitária».

agendas⁹ de emancipação foi sob o pretexto de que entravam em conflito com os objectivos da luta de libertação nacional. Esta ideia explica-se pelo facto de alguns considerarem que a luta pela emancipação da mulher ameaçava a ideia de “unidade nacional”¹⁰ por se tratar da luta específica de um grupo, de uma classe, neste caso a mulher, e não do colectivo moçambicano. Esta questão não se limitou ao contexto da luta de libertação nacional, também se observou no período pós-colonial, em que se voltou a negligenciar as lutas pela emancipação da mulher sob o pretexto de que os moçambicanos deveriam concentrar-se, colectivamente, na construção da nação moçambicana (Urdang, 1989; Jacobson, 2006).

Todavia, é importante referir que a negligência de que as lutas pela emancipação da mulher foram alvo durante a luta de libertação nacional não se restringe a Moçambique, também ocorreu em outros contextos, como, por exemplo, na Zâmbia, no Zimbabwe e no Botswana (Geisler, 1995), na Guiné Bissau (Ly, 2014), na África do Sul (McClintock, 1991, Beall, Hassim & Todes, 1993) e no Nicarágua (Molyneux, 2001), em que a mulher se viu obrigada a abdicar das suas lutas pela emancipação em detrimento do seu nacionalismo, por ser apresentada como uma luta mais colectiva contra as desigualdades, ao contrário das lutas de emancipação da mulher que eram vistas como de um grupo específico.

Esses desafios mostram que na luta de libertação nacional em Moçambique, apesar de ter sido um espaço de dominação masculina, a mulher tinha uma agenda pela qual procurou lutar, como ficou explícito, por exemplo, nas transformações que foram acontecendo no contexto da própria luta de libertação. Por outras palavras, a Conferência Extraordinária da OMM, realizada em Novembro de 1984, é um exemplo da clareza das mulheres sobre a importância de controlar as suas agendas, situação que fez com que a liderança masculina da Frelimo, por receio, procurasse controlar a agenda da conferência, incluindo em termos presenciais, ao ponto de serem (os homens) em maior número em relação às anfitriãs, que eram, somente, duas (Arnfred, 1988: 13-15; Karberg, 2015: 8).

⁹ Sobre as agendas de emancipação da mulher, parece-me que durante a luta de libertação nacional a emancipação foi caracterizada por uma reivindicação mais de carácter de inclusão, ou seja, quantitativo, em que a mulher se limitava a lutar para fazer parte das dinâmicas da luta sem necessariamente questionar as estruturas de dominação masculina que poderiam permitir uma inclusão qualitativa, mais substantiva. Entendo, porém, que isso resultava do processo de socialização, por meio da educação na família, que define os papéis sociais da mulher como submissa e do homem como superior. Situação que fazia da mulher, como refere Chartier (1995) no seu texto “Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica”, consentidora da dominação masculina ao ponto de reproduzir uma perspectiva androcêntrica da luta de libertação nacional. Sobre este aspecto, uma indicação são as biografias de algumas antigas combatentes em que ao retratar o contexto da luta de libertação nacional não questionam a sua condição de submissa, como aparece descrito, por exemplo, no livro de Benigna Zimba (2012), *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*. Importa destacar que esta postura da mulher continua a caracterizar a sociedade moçambicana pós-colonial, de um lado, por meio de canções, como, por exemplo, o Hino da Mulher Moçambicana (Osório, 2007), e do outro, por meio do pronunciamento de algumas deputadas que participaram do processo de discussão da proposta de *Lei 29/2009 Sobre Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher*, ao defenderem a continuidade da dominação masculina (Arthur, 2008). Um cenário diferente só poderá ocorrer se a mulher, de acordo com Arnfred (2015), se tornar protagonista das suas agendas e lutas por emancipação para forçar a transformação das estruturas de dominação masculina.

¹⁰ A “unidade nacional” durante a luta de libertação foi (e continua a ser mobilizada, sobretudo pela Frelimo, sempre que a nação moçambicana regista momentos de crise na sua identidade colectiva) a manifestação que transcende todas as diferenças existentes entre os moçambicanos na luta colectiva para o alcance da independência total e completa de Moçambique da dominação colonial portuguesa. Para mais detalhes sobre “unidade nacional”, consulte-se Eduardo Mondlane (1995), *Lutar por Moçambique*.

A MULHER NA GUERRA CIVIL, 1976-1992

Falar da guerra entre a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Governo da Frelimo, entre 1976 e 1992, implica ter sempre em atenção a complexidade que a caracteriza e que pode ser ilustrada pelas designações que lhe foram atribuídas. Ou seja, devido às dinâmicas do próprio conflito armado, é possível identificar, pelo menos, três formas diferentes de o classificar, nomeadamente “guerra dos 16 anos”, “guerra de desestabilização” ou ainda a “guerra civil”. Todas elas carregam consigo sentidos e significados que a justificam. Em relação à primeira, parece tratar-se de uma tentativa de olhar para o conflito de uma forma mais imparcial – pelo menos aparentemente¹¹ –, diferentemente das duas últimas que assumem algum posicionamento ideológico explícito. Porém, esta perspectiva que considero mais “imparcial” do conflito armado parece-me propositada para contornar os factores que estão por detrás do conflito e com isso alcançar a reconciliação por meio do esquecimento. Esta dimensão de esquecimento é muito importante na construção da Nação porque, segundo Renan (1997 [1882]: 161), «o esquecimento [...] [é] um factor essencial na criação de uma nação».

A designação de “guerra de desestabilização” é resultado da influência que os regimes de Ian Smith (Zimbabwe, antiga Rodésia do Sul) e do *Apartheid* na África do Sul exerceram sobre as dinâmicas do conflito armado, principalmente na criação e financiamento da Renamo entre 1976 e 1984 (ano da assinatura do acordo de Incomáti, a 16 de Março de 1984, e que dá um aparente fim ao apoio externo à Renamo). Enquanto a designação de “guerra civil” é produto das dinâmicas internas – conflitos “entre irmãos”¹² – que caracterizam o conflito armado desde o período a seguir à assinatura do acordo de Incomáti até os Acordos Gerais de Paz, assinados a 4 de Outubro de 1992.¹³

Não obstante esta distinção, é importante ter em atenção que estas transformações – observáveis por meio das designações – ao longo do conflito não podem ser vistas de forma estanque e isolada, ou seja, tanto a componente do apoio externo como as dinâmicas internas sempre estiveram presentes na estruturação do conflito desde a sua eclosão em 1976, simplesmente a ênfase é que variou ao longo de todo processo.¹⁴

¹¹ “Aparentemente” porque ainda é possível identificar epítetos no discurso que possibilitam questionamentos, como se observa, por exemplo, entre os membros e simpatizantes da Frelimo que se referem à Renamo como “bandidos”, “terroristas” e ou “*matsangas*”. Este último em alusão ao primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa (1976-79). Acusação semelhante também se observa entre os membros e simpatizantes da Renamo ao referirem-se à Frelimo como “assassinos”, “comunistas”. Sobre estes aspectos, leia, por exemplo, Igrejas (2015).

¹² Como aparece, quase que explícito, na carta escrita pelos antigos combatentes da luta de libertação nacional, em Outubro de 1986, para os quatro membros do *Bureau Político* da Frelimo, nomeadamente Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande e Mariano Matsinha.

¹³ Para mais detalhes sobre o conflito armado, consultem-se, entre outros, Geffray (1991); Fernando (2020); Minter (1994); Borges Coelho (2009); Metz, (1986); Young (1990); Vines (2013), Cahen (2019) e Cahen, Morier-Genoud, & Rosário (2018).

¹⁴ Para mais detalhes, consulte-se a nota de rodapé imediatamente anterior.

Mas, quando se olha para os actores desse conflito armado numa perspectiva de género, percebe-se que – à semelhança da luta de libertação nacional – as lutas pela emancipação da mulher também foram negligenciadas, ao obrigar o Estado a dedicar a sua atenção ao conflito. Além de ter reproduzido as práticas de dominação masculina que colocam a mulher na condição de subalterna no desempenho, principalmente, de tarefas de maternidade, e de doméstica, além de terem sido objecto sexual dos guerrilheiros, tanto nas forças governamentais da Frelimo como nas da Renamo (Jacobson, 2006; CEEL/ISRI & MULEIDE, 2020).

Esta forma de olhar para o conflito armado reflecte uma perspectiva androcêntrica, ao destacar a mulher, juntamente com os idosos, crianças e deficientes – enquanto grupos vulneráveis que precisam de protecção masculina, situação que acaba por afastá-la ainda mais dos espaços de produção das ideologias do conflito, bem como do campo de combate. Sobre esse aspecto, pode referir-se, por exemplo, que apesar de a mulher ter recebido treino militar, não era integrada nas forças do Governo para combater no terreno (CEEL/ISRI & MULEIDE, 2020: 41). Do lado da Renamo, a mulher era vista, por um lado, como a causa da desestabilização dos guerrilheiros (Cahen, 2019: 345) e, por outro, como objecto sexual, além de fornecerem – forçada ou voluntariamente – alimentos, abrigo para os guerrilheiros e apoio no carregamento de material de guerra. Este segundo aspecto também se observou do lado das forças governamentais (Bunker, 2018: 198), à semelhança do que aconteceu no período da luta de libertação nacional.

Note-se que apesar dos papéis da mulher nesse conflito serem marcados por práticas de dominação masculina quase hegemónica, a mulher também se destacou como produtora de determinadas dinâmicas no conflito, sobretudo da violência enquanto prática determinante na enformação do conflito. Por outras palavras, a mulher foi responsável por práticas de violência que contribuíram para a criação de pânico e medo entre as pessoas com o objectivo de criar ou manter o respeito em relação à Renamo e desincentivar tentativas de resistência por parte da população. Como faz referência o CEEL/ISRI & MULEIDE (2020: 42) nos três excertos abaixo:

«Alguns relatos indicam que algumas mulheres foram responsáveis morais por actos de violência cometidos contra outras mulheres quando estas ordenavam seus parceiros a violentarem as mulheres levadas às bases da RENAMO. Algumas testemunhas afirmam que havia mulheres carrasacas e que se serviam da sua posição de autoridade para se impor sobre outras mulheres. Uma das nossas entrevistadas na província de Gaza, afirmou que “[...] em alguns casos, as mulheres foram mais violentas do que os homens [...]” fazendo referência a uma temida comandante das forças da Renamo que espalhou terror em algumas partes da província, na Zambézia, no Distrito de Ile.»

«As mulheres da RENAMO ou as que residiam nas bases da RENAMO por muito tempo adoptavam o mesmo comportamento violento da sua contraparte masculina principalmente em relação às mulheres e raparigas recém-chegadas e recém-raptadas. Dado que residiam há mais tempo nas bases e possuíam laços de casamento com os guerrilheiros da Renamo, estas possuíam o estatuto de mais velhas e tinham autoridade sobre as novatas a quem administravam ou mandavam administrar punições ou agressões pelo facto de as novatas reclamarem dos trabalhos pesados ou pelo facto de exigirem retornar as suas casas ou zonas de origem. Foi apresentado um exemplo que meninas foram violadas ou violentadas a mando destas senhoras.»

«Uma das intervenientes, nos círculos de conversas apontou que em Mogovolas [um distrito da província de Nampula] os homens da RENAMO que cercaram a vila gritavam o nome de uma comandante. A voz de comando que respondia aos homens era de uma mulher. Afirma que não conseguiu ver a cara dessa mulher porque estava escondida, mas que foi possível perceber a existência de outras mulheres no grupo. Mas a maioria eram homens. Teve informações que na província de Nampula havia uma comandante da Renamo muito temida e que era muito violenta.»

Com isso, pode perceber-se que apesar do envolvimento da mulher nas dinâmicas e nos processos de luta de libertação nacional ter sido limitado por causa da dominação masculina, é possível identificar o *agency* da mulher naquele contexto. O mesmo fica difícil de se observar no caso da guerra civil – à semelhança do que Amélia *et al.* (2011: 15) faz alusão no texto *Movimento Feminista em Moçambique* – pelo facto de se resumir o papel da mulher à condição de vítima e objecto dos guerrilheiros da Renamo e também das forças governamentais. É preciso fazer-se este questionamento, se tivermos em atenção que um dos *leitmotiv* para a Renamo justificar a guerra também impactou a vida da mulher¹⁵, sobretudo a questão das aldeias comunais que (re)definiu, além de outras questões ideológicas e de segurança, novos moldes de acesso e cultivo da terra – principal fonte de reprodução social, maioritariamente sob responsabilidade da mulher (Borges Coelho, 1998; Medeiros & Matos, 2015; Fernando, 2020; Maloa, 2020).

A MULHER NOS CONFLITOS EM CABO DELGADO

A província de Cabo Delgado, particularmente os distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Macomia, Meluco, Quissanga e Nangade têm sido alvo de ataques por parte do *al-shabaab*,

¹⁵ De acordo com o Censo Populacional de 1970 e de 1980, era a maioria, em comparação aos homens, nas zonas rurais (INE, 1970 e 1980).

desde Outubro de 2017.¹⁶ Desde que esses ataques iniciaram, diferentes pesquisas têm sido realizadas com o objectivo de compreender o fenómeno, desde as origens, natureza, perfil dos membros bem como dos seus alvos, estratégias de actuação, incluindo de recrutamento (Heyen-Dubé & Rands, 2021; Morier-Genoud, 2021; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c; Alden & Chichava, 2020; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Bekoe, Buchard & Daly, 2020). Além de as pesquisas feitas tentarem compreender as dinâmicas dos conflitos em Cabo Delgado a partir da visão e acção do Governo (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Chichava, 2020c; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019).¹⁷ Em relação ao primeiro aspecto – perfil dos membros e dos seus alvos, origens, estratégias de actuação e de recrutamento –, as pesquisas mostram que se trata de um fenómeno complexo em que o *al-shabaab* tem instrumentalizado a religião islâmica para justificar os seus ataques. Esse grupo, apesar de se identificar como muçulmano, distancia-se dos outros praticantes do Islão, particularmente nas zonas dos ataques, nos seguintes aspectos (i) comportamento distinto, proíbem as mulheres de praticar qualquer actividade fora de casa, incluindo a agricultura, (ii) indumentária, obrigam as mulheres a usar *burqa*, enquanto os homens usam calças curtas, (iii) penteado, os homens rapam a cabeça, usam um lenço e criam barba e, (iv) postura nas mesquitas, contrária à dos outros praticantes do Islão, entram nas mesquitas calçados, não usam o cofió e fazem a oração com os braços cruzados. Sobre as orações – diferentemente dos outros que fazem cinco orações por dia, particularmente os sunitas – esse grupo faz somente três orações por dia. Esse esforço de tentar massificar o Islão por meio da força tem como objectivo instalar um Estado islâmico baseado na *shari'a*. É de referir que esse processo de combate tem sido caracterizado por altos níveis de violência e destruição de infra-estruturas, sobretudo do Estado (Morier-Genoud, 2021: 8-13).

Essa dimensão religiosa aparece, nas diferentes pesquisas, associada às dinâmicas externas, ao referir que os *al-shabaab* têm ligações com as células terroristas dos países vizinhos, como, por exemplo, a Tanzânia, o Quênia, a Somália e o Congo, onde os seus membros foram receber formação islâmica e retornaram para Moçambique, particularmente para Cabo Delgado, para implementar a sua doutrina religiosa. Além de outras questões externas, como, por exemplo, a perseguição de que os grupos de terroristas que actuavam na Tanzânia e Quênia estavam a ser alvo por parte dos governos desses países, ao ponto de se refugiarem no Norte de Moçambique,

¹⁶ Em relação à cronologia dos ataques a Cabo Delgado, consultem-se, entre outros, Loureiro, Raquel (2019). “Cabo Delgado: Datas marcantes dos ataques armados”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-datas-marcantes-dos-ataques-armados/g-47175754>. Acedido a: 21.10.2021 ou LUSA (2019). “Cronologia: “Violência em Cabo Delgado – principais datas”. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/cronologia-violencia-em-cabo-delgado---principais-datas-10462791.html>. Acedido a: 21.10.2021.

¹⁷ Importa referir que o fenómeno dos ataques em Cabo Delgado deve ser visto numa perspectiva holística, como sugere Weimer (2021), em que as tentativas para explicar o fenómeno devem ir além das dinâmicas locais de Cabo Delgado enquanto espaço que tem sido alvo das incursões dos *al-shabaab*. E isto passaria por dedicar alguma atenção a outros factores internos e externos que tem propiciado a ocorrência de conflitos em outros contextos de Moçambique, desde a proclamação da independência, em 1975.

por se mostrar um terreno fértil – em termos religiosos, económicos, sociais e políticos – para a sua instalação. São essas dinâmicas externas, em parte, que permitem estabelecer alguma relação com as designações – *al-shabaab* ou *ahlu sunna wa-jamo* – ao ponto de reivindicarem para si ou serem atribuídas pelas comunidades locais, sobretudo as afectadas pelos ataques (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Weimer, 2020; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Heyen-Dubé & Rands, 2021; Morier-Genoud, 2021; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019; Macalane & Jafar, 2021; Chichava, 2020a, 2020b, 2020c, Feijó, 2021b).

Além da questão religiosa, as pesquisas mostram que existe uma forte ligação entre os ataques e as questões de pobreza, manifestadas pelo sentimento de exclusão e marginalização social, económica e política das populações residentes no Norte de Moçambique, particularmente em Cabo Delgado. Esse aspecto tem sido considerado fundamental por Forquilha, Pereira & Habibe (2019); Matsinhe & Valo (2019); Heyen-Dubé & Rands (2021); Alden & Chichava (2021), Bekoe, Buchard & Daly (2020), Feijó & Maquenzi (2019) e Feijó (2020) para compreender os ataques, se tivermos em atenção que, por um lado, de acordo, por exemplo, com Forquilha, Pereira & Habibe (2019), os jovens recrutados demonstram um conhecimento superficial do *Alcorão*, constatação que tende a diluir a ligação entre as reivindicações de índole religiosa e os ataques em Cabo Delgado. E, por outro, de acordo, por exemplo, com Alden & Chichava (2021) e Heyen-Dubé & Rands (2021), que Cabo Delgado é uma das províncias do País com os maiores índices de pobreza.

Esta dimensão de exclusão e marginalização referida nas pesquisas aparece, de certa forma, reforçada mesmo quando os ataques são vistos a partir de uma perspectiva étnica, caracterizadas, sobretudo, por clivagens entre os Mwani e os Maconde, em que os primeiros reclamam exclusão e marginalização no acesso aos recursos e poderes na região em benefício dos segundos (Mangena & Pherudi, 2019; Forquilha, Pereira & Habibe, 2019). Talvez o que é importante aludir é que ao pensar os ataques em Cabo Delgado numa perspectiva étnica, é preciso não se limitar ao binómio Mwani e Maconde, ou seja, deve tentar compreender-se tendo em atenção a dimensão *intra* étnica, uma vez que entre os próprios membros do *al-shabaab* é possível identificar indivíduos pertencentes a diferentes grupos étnicos existentes em Moçambique, incluindo os Mwani e Maconde, bem como indivíduos de outras nacionalidades (Feijó, 2020 & 2021b; Macalane & Jafar, 2021).¹⁸

São esses aspectos – isto é, pobreza e exclusão – que, de acordo com Forquilha, Pereira & Habibe (2019), Bekoe, Buchard & Daly (2020), Heyen-Dubé & Rands (2021), Matsinhe & Valo, 2019; Alden & Chichava (2021), Mangena & Pherudi (2019) e Feijó (2021b), ajudam a

¹⁸ Esta dimensão *inter* e *intra* étnica é referenciada por Medeiros (2010) para o caso do genocídio no Ruanda, ao afirmar que para a compreensão desse genocídio é preciso ir além das rivalidades (mesmo que instrumentalizadas) entre os Hutus e Tutsis, na medida em que durante o genocídio ocorreram episódios de massacres entre os próprios Hutus em resultado das disputas por recursos. Esta situação permite colocar ênfase na dimensão socioeconómica nas análises sobre os conflitos étnicos.

perceber as dinâmicas de recrutamento dos *al-shabaab*. Dito de outra forma, de acordo com essas pesquisas, os *al-shabaab* recorrem ao sentimento de exclusão e marginalização, sobretudo da juventude e mulheres, aliciando-os financeiramente, com bens materiais, emprego e bolsas de estudo. Além dessa forma de recrutamento voluntário, essas mesmas pesquisas fazem referência, por um lado, ao carácter violento em que os *al-shabaab*, nas suas incursões, raptam jovens de ambos os sexos e, por outro, recorrem às mesquitas e madraças para recrutarem por meio da doutrinação. Por vezes, de acordo com Heyen-Dubé & Rands (2021), os recrutamentos nas mesquitas e madraças são também caracterizados por violência. Uma outra forma de recrutamento explorada pelos *al-shabaab*, de acordo com as pesquisas, são os laços de amizade, de familiaridade, incluindo a realização de casamentos.

Ainda sobre o recrutamento é importante referir que as pesquisas consideram que os *al-shabaab*, ao recrutar, tinham como objectivo – à semelhança do que aconteceu durante a luta de libertação nacional e a guerra civil –, por um lado, alimentar as suas fileiras de combatentes, e, do outro, servir de base para a reprodução social. Sendo que para o primeiro grupo são somente recrutados rapazes, enquanto as raparigas são recrutadas para o segundo grupo (Forquilha, Pereira & Habibe, 2019; Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Heyen-Dubé & Rands, 2021; Matsinhe & Valo, 2019; Alden & Chichava, 2021; Mangena & Pherudi, 2019).

Em relação ao segundo aspecto – interpretação e resposta do Governo sobre o fenómeno – percebe-se, de acordo com as pesquisas, que as interpretações do Governo não diferem das que são feitas por entidades não-governamentais que têm feito pesquisas no terreno, isto é, consideram que esse fenómeno é produto da instrumentalização do Islão, mas que reflecte as questões de pobreza, exclusão e marginalização dos residentes na região Norte de Moçambique (Bekoe, Buchard & Daly, 2020; Chichava, 2020d; Mangena & Pherudi, 2019; Matsinhe & Valo, 2019). Essa interpretação mostra-se central para a compreensão dos ataques do *al-shabaab*, se observarmos os esforços que o Governo tem feito para combater o fenómeno por meio de investimentos na região, como se pode observar por meio da criação, em Agosto de 2020, da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN).¹⁹

Ao olhar para essas pesquisas, percebe-se que a mulher não tem sido o centro e prioridade nas pesquisas sobre os ataques em Cabo Delgado. E quando acontece, parte significativa da mesma é para responder à crise humanitária na qual a mulher – à semelhança de outros grupos, como crianças, idosos e deficientes – é retractada, por um lado, como vítima. Isto pode observar-se em Forquilha, Pereira & Habibe (2019); Bekoe, Buchard & Daly (2020); Heyen-Dubé & Rands (2021); Matsinhe & Valo (2019); Alden & Chichava (2021); Mangena & Pherudi (2019); Feijó (2021); Macalane & Jafar (2021), que a descrevem como vítima das dinâmicas dos ataques, sendo raptada, violada e explorada fisicamente. E, por outro lado, quando referenciada, é

¹⁹ Seria importante compreender quais os impactos do ADIN, desde a sua criação, na resolução dos conflitos na região Norte de Moçambique.

enquanto substantivo na distinção do homem, sem que seja problematizada, como se pode observar na forma como, por exemplo, Morier-Genoud (2021: 14) faz referência, ao afirmar que a mulher já fazia parte do processo de criação e consolidação da seita que deu origem ao *al-shabaab* em Moçambique, ao ser seguidora do Sheik Sualehe, por volta de 2007. Ambas as dimensões tornam a mulher invisível enquanto sujeito com agendas e interesses próprios e que lutam para a sua materialização.

Mesmo tendo constatado esses aspectos, é importante fazer referência ao trabalho de João Feijó (2021), “O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo Ciclos Viciosos da Violência”, por dois motivos. O primeiro tem que ver com o facto de ser um dos poucos esforços empreendidos para compreender o que considero *agency* da mulher nos ataques do grupo *al-shabaab*, e, segundo, por permitir ilustrar como as lógicas de dominação masculina se reflectem nas análises sobre esse conflito, ao ponto de se representar a mulher enquanto vítima e invisível. Ou seja, nessa pesquisa, é possível identificar três dimensões da mulher, a primeira – à semelhança das outras pesquisas sobre Cabo Delgado – é da mulher enquanto vítima e vulnerável; a segunda, é a da mulher que optou por apoiar os *al-shabaab* nas actividades sociais, na esperança de ter como recompensa a sua liberdade, e; a terceira, diferentemente da anterior, é a da mulher que participa, forçadamente, nas dinâmicas dos ataques do *al-shabaab* juntamente com os homens.

Essa dimensão de “vítima”, também, parece ter dominado outra análise feita por Feijó (2021b) no relatório com o título “Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas”. Esse texto, à semelhança do outro texto de Feijó (2021a), apesar de ser um grande contributo para a compreensão das dinâmicas dos ataques do *al-shabaab* a partir do olho da mulher, o mesmo reproduz a narrativa de que a mulher é vítima – e de facto é, com certeza, uma das maiores vítimas dos ataques – mesmo nos casos em que é associada ao protagonismo nos actos macabros perpetrados pelo *al-shabaab*, como se de um acto unicamente forçado se tratasse. Esta perspectiva exclui a possibilidade da existência de qualquer *agency* da mulher nesses ataques do *al-shabaab*. Talvez haja uma explicação para a reprodução dessa narrativa, pelo menos para esse texto, se tivermos em atenção a forma como a informação foi recolhida. Isto é, ao usar os “voluntários de assistência humanitária” para recolher informação junto de mulheres que estiveram em cativeiro do *al-shabaab*, pode ter contribuído para que as mulheres entrevistadas limitassem a sua imaginação – pelo facto de se tratar de um contexto de ajuda humanitária – ao conflito em que são vítimas, sem capacidade para influenciar as dinâmicas (sobretudo ideologias), como forma de justificar a sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, garantir a manutenção da ajuda humanitária. Esta é uma situação que negligencia (ou dificulta ou ainda impossibilita) identificar qualquer manifestação de *agency* da mulher nos ataques do *al-shabaab*.

Outro motivo que pode justificar a importância de questionar o *agency* da mulher no contexto dos ataques é o de a mulher, como faz referência Morier-Genoud (2021: 14), já fazer parte, desde o início, do processo de criação da seita que deu origem ao grupo do *al-shabaab*. Este facto deixa implícito que a mulher já podia ter os seus próprios interesses ao se juntar ao grupo. Principalmente porque a mulher, de acordo com Moreira (2020), é – historicamente – um dos grupos mais prejudicados nas intervenções para o desenvolvimento socioeconómico na região Norte de Moçambique, situação que torna propícia a ocorrência de manifestações de reivindicações, violentas ou pacíficas.

Ainda sobre o *agency* da mulher nos ataques do *al-shabaab* há a destacar que as mulheres desempenharam diferentes funções, o que podemos designar de “complementaridade de subordinação” tomando de empréstimo as palavras de Soihet, Soares & Costa (2001: 12), que consiste no apoio as actividades domésticas, no carregamento do material bélico na reprodução social, como esposa, no carregamento de mercadorias, no recrutamento, na espionagem e na observação. Mas também, de acordo com Feijó (2021a e 2021b), na organização e liderança de acções de violência em ataques ou na instrumentalização das mulheres raptadas. Então se a mulher desempenhou diferentes funções, parece-me redutor considerar que a mulher estava a ser única e exclusivamente objecto dos homens do grupo do *al-shabaab*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero importante que as análises sobre os ataques do *al-shabaab* tomem em consideração a perspectiva holística, em que o *agency* da mulher seja uma categoria de análise específica, sem com isso ser isolada e nem desligada das outras dinâmicas do conflito porque, como destaca Mitchell (2006), apesar de a mulher poder ser considerada uma categoria independente, não é isolada da humanidade, na verdade, é parte integrante da humanidade, em que influencia e é influenciada. Ao fazer isso, é importante que a mulher, enquanto categoria analítica, seja questionada além da condição de vítima e vulnerável – muito comum nas análises feitas até ao momento – para se tentar captar o seu *agency* nos ataques do *al-shabaab*. Por fim, considero que com isso poderá ser possível ter subsídios para alimentar a resolução do conflito na região Norte de Moçambique, porque poderemos compreender o fenómeno a partir da perspectiva dos diferentes intervenientes, com destaque para a mulher.

REFERÊNCIAS

- Alden, C. and Chichava, S. (2020) *Cabo Delgado and the Rise of Militant Islam: Another Niger Delta in the Making?* South African Institute of International Affairs.
- Amélia, L. et al. (2011) *Movimento Feminista em Moçambique*.
- Andrade, E.B. de (2021) “A questão da mulher em Buytendijk e Simone de Beauvoir”, *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 2(1), pp. 100-110.
- Antigos Combatentes (1986) *Carta dos Antigos Combatentes*.
- Arnfred, S. (2015) “Notas sobre gênero e modernização em Mozambique”, *Cadernos Pagu*, 45, pp. 180-224.
- Arthur, M.J. (2008) “A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento?”, *Outras Vozes*, 22, pp. 1-8.
- Beall, J., Hassim, S. and Todes, A. (1989) “A bit on the side”? Gender struggles in the politics of transformation in South Africa”, *Feminist Review*, 33(1), pp. 30-56.
- Beauvoir, S. de (1967) *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. de (1970) *O segundo sexo: factos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bekoe, D.A. and Burchard, S.M. (2020) *Extremism in Mozambique: Interpreting Group Tactics and the Role of the Government’s Response in the Crisis in Cabo Delgado*. Institute for Defense Analyses.
- Bock, G. (1989) “História, História das Mulheres, História do Gênero”, *Revista de história e ciências sociais*, 4, pp. 147-178.
- Bonate, L. (2006) “Matriliney, Islam and gender in northern Mozambique”, *Journal of Religion in Africa*, 36(2), pp. 139-166.
- Borges Coelho, J.P. (2009) *A “Literatura Quantitativa” e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*.
- Borges Coelho, J.P. (1998) “State resettlement policies in post colonial rural Mozambique: the impact of the communal village programme on Tete province, 1977–1982”, *Journal of Southern African Studies*, 24(1), pp. 61-91.
- Bunker, L. (2018) “War accounts from Ilha Josina Machel, Maputo Province”, in Morier-Genoud, E., Cahen, M. and do Rosário, D. (eds.) *The War Within – New Perspectives on the Civil War in Mozambique (1976-1992)*. Rochester: James Currey, pp. 181-200.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cahen, M. (2019) “*Não somos bandidos*” – a vida diária de uma guerrilha de direita: a Renamo na época do Acordo de Nkomati (1983-1985). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Cahen, M., Morier-Genoud, E. and do Rosário, D. (2018) *The War Within. New Perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992*. James Currey/Boydell and Brewer.
- Casimiro, I.M. (2001) “Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora”, in Sopa, A. (ed.) *Samora: homem do povo*. Maputo: Maguezo, pp. 127-135.
- CEEL/ISRI and Muleide (2020) *Impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas em Moçambique – relatório de pesquisa de campo nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza*. Maputo: Lawyers Without Borders.
- Chartier, R. (1995) “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)”, *Cadernos Pagu*, 4, pp. 37-47.
- Chichava, S. (2020) “A Frelimo criou o ‘Al Shabaab’? Uma análise às eleições de 15 de Outubro de 2019 a partir de Cabo Delgado”, *Caderno IESE*, 18P.
- Chichava, S. (2020a) “As primeiras caras do ‘Al shabaab’ em Cabo Delgado: o caso de André Idrissa em Cogolo”, *IDeLAS IESE*, 134P.
- Chichava, S. (2020b) “Os primeiros sinais do ‘Al shabaab’ em Cabo Delgado: algumas histórias de Macomia e Ancuabe”, *IDeLAS IESE*, 129.
- Chichava, S. (2020c) “Quem é o ‘inimigo’ que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano”, *IDeLAS IESE*, 127.
- Davis, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Emirbayer, M. and Mische, A. (1998) “What is agency?”, *American Journal of Sociology*, 103(4), pp. 962-1023.
- Feijó, J. and Maquenzi, J. (2019) *Pobreza, desigualdades e conflitos em Cabo Delgado*. Observatório do Meio Rural. Relatório 76.
- Feijó, J. (2020) *Assimetrias Sociais Pistas para Entender o Alastramento do Jihadismo Islâmico em Cabo Delgado*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Feijó, J. (2021b) *Caracterização e organização social dos Machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas*. Observatório do Meio Rural. Relatório 109.
- Feijó, J. (2021a) *O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo Ciclos Viciosos da Violência*. Observatório do Meio Rural. Relatório 114.
- Fernando, C.T. (2020) “As três (3) transformações históricas e políticas da Renamo e a causa interna da Guerra Civil em Moçambique”, *Oficina do Historiador*, 13(2), pp. 1-11.
- Geffray, C. (1991) *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Edições Afrontamento.
- Geisler, G. (1995) “Troubled sisterhood: women and politics in Southern Africa: case studies from Zambia, Zimbabwe and Botswana”, *African Affairs*, 94(377), pp. 545-578.
- Habibe, S., Forquilha, S. and Pereira, J. (2019) *Radicalização Islâmica no Norte de Cabo Delgado – o caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: Cadernos IESE, 17.

- Heyen-Dubé, T. and Rands, R. (2021) “Evolving doctrine and modus operandi: violent extremism in Cabo Delgado”, *Small Wars & Insurgencies*, pp. 1-30.
- Igreja, V. (2015) “Os recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique”, in Brito, L. *et al.* (eds.) *Desafios para Moçambique*. pp. 31-52.
- Instituto Nacional de Estatística (1970, 1980) *Censo Populacional de 1970 e de 1980*. Available at: <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/1928-1980> (Accessed: 20 November 2021).
- Isaacman, A. and Isaacman, B. (1984) “The role of women in the liberation of Mozambique”, *Ufahamu: a journal of African studies*, 13(2-3), pp. 128-185.
- Jacobson, R. (2006) “Mozambique and the construction of gendered agency in war”, *Women’s Studies International Forum*, 29, pp. 499–509.
- Kruks, S. and Wisner, B. (1989) “Ambiguous Transformations: Women, Politics and Production in Mozambique”, in Kruks, S., Rapp, R. and Young, M.B. (eds.) *Promissory Notes: Women in the Transition to Socialism*. New York: Monthly Review Press, pp. 148-171.
- Ly, A. (2014) “Promise and betrayal: women fighters and national liberation in Guinea-Bissau”, *Feminist Africa*, 19, pp. 24-42.
- Macalane, G. and Jafar, J. (2021) *Ataques terroristas em Cabo Delgado (2017-2020): as causas do fenómeno pela boca da população de Mocímboa da Praia*. Pemba: Universidade Rovuma.
- Machel, S. (1973) *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução e uma garantia de sua continuidade e condição de seu triunfo*. Tanzânia: Discurso de abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana.
- Makana, S. (2019) “Women in Nationalist Movements”, *Oxford Research Encyclopedia of African History*, pp. 1-18.
- Maloa, J.M. (2020) “As raízes sociais da violência na sociedade moçambicana contemporânea”, *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 4(4), pp. 57-74.
- Mangena, B. and Pherudi, M. (2019) “Disentangling Violent Extremism in Cabo Delgado Province, Northern Mozambique: Challenges and Prospects”, *Extremisms in Africa*, pp. 348-365.
- Mariani, B. (2012) “Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo”, *Via Atlântica*, 21, pp. 59-74.
- Matos, E.A.C. de and Medeiros, R.M.V. (2015) “A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo”, *Revista da ANPEGE*, 11(15), pp. 31-64.
- Matsinhe, D. and Valoi, E. (2019) *The genesis of insurgency in northern Mozambique*. Southern African Institute for Security Studies. Report, 27.
- McClintock, A. (1991) “No longer in a future heaven: Women and nationalism in South Africa”, *Transition*, 51, pp. 104-123.

- Medeiros, I. (2010) “Serão explicáveis os conflitos violentos em África? Notas de leitura”, *Finisterra*, 45(89), pp. 181-204.
- Meneses, M.P. (2008) “Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no norte de Moçambique”, *Ex aequo*, 17, pp. 71-87.
- Metz, S. (1986) “The Mozambique National Resistance and South African Foreign Policy”, *African Affairs*, 85(341), pp. 491-507.
- Minter, W. (1994) *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*. Londres/New Jersey: Zed Books.
- Mitchell, J. (2006) “Mulheres: a revolução mais longa”, *Revista Gênero*, Niterói, 7(1), pp. 203-232.
- Moagi, A.L. and Mtombeni, B. (2020) “Women in Pre-colonial Africa: Southern Africa”, *The Palgrave Handbook of African Women's Studies*, pp. 1-20.
- Molyneux, M. (2001) “Mobilisation without Emancipation? Women's Interests, the State and Revolution in Nicaragua”, in Molyneux, M. (ed.) *Women's Movements in International Perspective*. Institute of Latin American Studies Series. Palgrave Macmillan, London, pp. 38-59.
- Mondlane, E. (1995) *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão.
- Moreira, L.M.F. (2020) *Nada sobre nós sem nós”: Impacto da economia extractiva na vida das moçambicanas*. Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- Morier-Genoud, E. (2021) *A Insurgência Jihadi em Moçambique. Origens, Natureza e Início*. Maputo: Cadernos IESE, 21P.
- Nkenkana, A. (2015) “No African futures without the liberation of women: A decolonial feminist perspective”, *Africa Development*, 40(3), pp. 41-57.
- Nzomo, M. (2013) “Women and political governance in Africa: a feminist perspective”, *Pathways to African Feminism and Development, Journal of African Women's Studies Centre*, 1(1), pp. 26-47.
- Osório, C. (2007) “Acesso e exercício do poder político pelas mulheres”, *Outras Vozes*, 21, pp. 1-8.
- Phillips, A. (2001) “De uma política de ideias a uma política de presença?”, *Revista Estudos Feministas*, 9, pp. 268-290.
- Pinho, O. (2015) “O Destino das mulheres e de sua carne: regulação de gênero e o Estado em Moçambique”, *Cadernos Pagu*, 45, pp. 157-179.
- Pinto, C.R.J. (2010) “Feminismo, história e poder”, *Revista de sociologia e política*, 18(36), pp. 15-23.
- Renan, E. (1997 [1882]) “Que é uma nação?”, *Plural, Sociologia*, 4, pp. 154-175.
- Santana, C.S. (2016) “O olhar da FRELIMO sobre a emancipação feminina”, *África (s)-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, 3(5), pp. 157-168.

- Santana, J.S. (2009) “A Participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)”, *Sankofa*, São Paulo, 2(4), pp. 67-87.
- Sheldon, K.E. (1990) “To guarantee the implementation of women’s emancipation as defined by the FRELIMO Party”: The Women’s Organization in Mozambique”, *Women and International Development*, 206, pp. 1-11.
- Vene, M. (2018) *Liderança Feminina no Estado Mataaka: Mitos e Poderes da Rainha Acivaanjila de Majuuni (Séc. XIX-XX)*. Lichinga: Instituto de Investigação Sócio-Cultural – ARPAC.
- Vines, A. (2013) “Renamo’s Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique”, *International Peacekeeping*, 20(3), pp. 375-393.
- Watson, L. (2016) “The woman question”, *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, 3(1-2), pp. 246-253.
- Weimer, B. (2020) *Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz*. Caderno IESE, 19P.
- Young, I.M. (1994) “Gender as seriality: Thinking about women as a social collective”, *Signs: journal of women in culture and society*, 19(3), pp. 713-738.
- Young, T. (1990) “The MNR/RENAMO: External and Internal Dynamics”, *African Affairs*, 89(357), pp. 491-509.
- Zamparoni, V.D. (2007) *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Edufba.
- Zimba, B. (2017) *A mulher moçambicana na luta de libertação nacional: memórias do Destacamento Feminino*. Maputo: Ministério dos Combatentes.